

Brasília, 12 de junho de 2013.

Com relação ao texto publicado nesse blog, em reportagem de Bruno Lupion intitulada “PT cria trem da alegria para funcionários sem concurso”, cumpre-nos fazer os seguintes esclarecimentos:

- O concurso para Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental realizado em 2009, o último antes deste que está sendo oferecido em 2013, revelou que 41% dos novos gestores não possuíam experiência, ou seja, ainda não haviam sequer passado pelo primeiro emprego. Existem outros cargos públicos que melhor se adequam aos candidatos menos experientes ou recém-saídos da universidade;

- O período de dez anos para aferição de experiência é utilizado pelos departamentos de recursos humanos do setor privado;

- A atividade gerencial em qualquer segmento requer habilidade para lidar com as situações que envolvem tomadas de decisão em graus diversos de complexidade, responsabilidade e autonomia. Ter experiência é um pressuposto básico;

- O concurso público de 2013 para Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pretende atrair e reter os melhores profissionais com perfil gerencial existentes no país, sejam eles da iniciativa privada ou do setor público, em todas as esferas e poderes. O propósito condiz com a relevância da carreira e do cargo, que oferece uma das mais elevadas remunerações do Poder Executivo Federal (inicial de R\$13,4 mil);

- A diferença entre a pontuação atribuída aos títulos e à experiência profissional busca valorizar a experiência somada à alta qualificação acadêmica. O concurso é um mix de conhecimento e experiência;

- O peso maior de pontuação para as provas discursivas permite oferecer igualdade de condições na corrida pela vaga ao candidato menos acostumado a decorar conteúdos e mais capaz de pensar e resolver questões, seja ele experiente ou novato. Desta forma, assegura-se oportunidade a um número maior de pessoas no desempenho das questões dissertativas – decisivas para aferir conhecimento e para a aprovação.

Como complemento de informação, e para que o leitor desse blog não forme opinião a partir de premissas falsas, esclarecemos que só no âmbito do Executivo Federal são 17 mil cargos de confiança em funções gerenciais – a maioria ocupados por servidores de carreira, em condições de comprovar experiência. Se somarmos aos cargos comissionados de todos os estados e municípios brasileiros, estaremos falando de centenas de milhares, o que derruba a tese de que o concurso busca privilegiar poucos.

Assessoria de Comunicação Social

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão